



## PROCESSO EDP

# Investigação ainda pode levar ano e meio

Conselho Geral da EDP, que representa os maiores acionistas, **pediu esclarecimentos à equipa de gestão**

Textos **MIGUEL PRADO**

A EDP ainda pode ter um longo caminho até poder pensar em ver-se livre da investigação do Ministério Público (MP) sobre suspeitas de corrupção. Ao que o Expresso apurou, o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) poderá prolongar o inquérito por um período máximo de um ano e meio, que é quando prescrevem os principais crimes investigados. Esse será o limite para que os procuradores possam formular uma acusação ou arquivar o processo.

O presidente executivo da EDP, António Mexia, foi na terça-feira ao Tribunal Central de Instrução Criminal, em Lisboa, para ser interrogado pelo juiz Carlos Alexandre, mas o gestor acabou por apenas ler uma declaração, recusando responder em sede de interrogatório enquanto não houver uma decisão do Tribunal da Relação sobre o pedido de afastamento de Carlos Alexandre, que a defesa de Mexia considera não reunir condições de imparcialidade para conduzir o processo.

António Mexia lamentou que a investigação leve já oito anos, com quatro juizes de instrução pelo meio. Através da EDP, o Expresso colocou-lhe várias questões sobre o processo, mas não obteve respostas. E foi também em silêncio que permaneceu o Conselho Geral e de Supervisão (CGS) da EDP, perante um par de perguntas enviadas a Luís Amado, o presidente deste órgão social, que representa os maiores acionistas da empresa.

Segundo as informações recolhidas pelo Expresso, o CGS já pediu esclarecimentos à equipa de gestão da EDP sobre os últimos desenvolvimentos do processo. Não foi possível saber pormenores sobre a interação do CGS com o Conselho de Administração executivo.

O Expresso também questionou um dos acionistas de referência da EDP, o Norges Bank (2,2%), mas o banco recusou comentar casos concretos. O fundo soberano norueguês tem regras apertadas sobre as empresas em que investe ou deixa de investir e a sua "lista negra" exclui empresas dependentes do carvão, tabaqueiras e empresas condenadas em casos de corrupção, entre outras situações. O maior acionista da EDP continua a ser a China



António Mexia, Manuel Pinho e Ricardo Salgado são arguidos no processo 184/12, que corre no DCIAP há oito anos  
FOTO JOSÉ GARIANVÍSAO

Three Gorges, com 21,47% do capital. O segundo maior acionista é a espanhola Opidium (7,19%), seguida da norte-americana BlackRock (4,51%).

## Conceição, o único a falar

O processo 184/12 soma mais de uma dezena de arguidos. Além de António Mexia e do administrador da EDP João Manso Neto, também o antigo ministro Manuel Pinho é arguido, bem como o antigo presidente do Banco Espírito Santo (BES) Ricardo Salgado. O MP já tentou interrogar os quatro, sem sucesso. Dos principais arguidos deste inquérito do DCIAP, o único que até agora colaborou com a investigação, respondendo sem reservas em sede de interrogatório, foi João Conceição, administrador da REN — Redes Energéticas Nacionais. Foi interrogado esta quinta-feira, depois de já em novembro ter falado com os procuradores Carlos Casimiro e Hugo Neto, altura em que fi-

cou a conhecer as suspeitas que sobre ele incidem.

João Conceição é suspeito de corrupção passiva, por ter aderido a um "pacto" entre Manuel Pinho e António Mexia para beneficiar a EDP no regime dos Custos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC), como escreveu o "Observador" em dezembro último. O benefício que Conceição é acusado de ter recebido foi a sua colocação no BCP em 2008, com um salário mensal de €10 mil, após ter pedido ajuda a Mexia para encontrar emprego fora do Ministério da Economia, onde era consultor de Pinho.

Esta semana António Mexia ficou a conhecer os indícios do que poderá vir a ser a acusação do MP, incluindo quatro crimes de corrupção ativa e um de participação económica em negócio (ligado ao projeto da barragem de Baixo Sabor). Para os procuradores, Mexia é suspeito de ter corrompido não só João Conceição e Manuel Pinho (com o patrocínio da EDP

## O PROCESSO Nº 184/12

- É um inquérito aberto em 2012 no DCIAP, centrado em suspeitas de corrupção envolvendo a EDP e o antigo ministro Manuel Pinho

- Para o MP, a EDP é suspeita de ter sido beneficiada em €1,2 mil milhões, quando Pinho era ministro

- O processo tem uma dezena de arguidos e o ponto alto foram as buscas à EDP, REN e Boston Consulting Group, em junho de 2017

- O processo já passou pelas mãos de quatro juizes, estando agora com Carlos Alexandre, que a defesa de António Mexia quer afastar

à Universidade de Colúmbia, onde o ex-ministro foi dar aulas), mas também o antigo diretor-geral de Energia Miguel Barreto (aprovação a compra, pela EDP, da participação que Barreto tinha na Home Energy por €1,4 milhões) e o ex-secretário de Estado da Energia Artur Trindade (com a sua nomeação para a liderança do Omip, o operador português do mercado ibérico de eletricidade, e com a contratação pela EDP do seu pai, já falecido, como consultor).

No processo 184/12, também Ricardo Salgado é arguido (compareceu para interrogatório em 2018, mas não quis responder a perguntas), pelos pagamentos da Espírito Santo Enterprises a Manuel Pinho quando este era ministro.

No processo 184/12, também Ricardo Salgado é arguido (compareceu para interrogatório em 2018, mas não quis responder a perguntas), pelos pagamentos da Espírito Santo Enterprises a Manuel Pinho quando este era ministro.

## Novas medidas de coação

Na próxima semana, o juiz Carlos Alexandre deverá decidir se mantém ou agrava as medidas de coação dos arguidos

(para já, todos têm termo de identidade e residência). Em cima da mesa está um possível reforço dessas medidas, como o pagamento de uma caução ou a suspensão de funções dos gestores.

No entanto, segundo escrevia esta quinta-feira o jornal digital "Eco", citando o advogado José Carlos Machado, da SRS Advogados, a suspensão de funções de António Mexia (e João Manso Neto) poderá ser considerada ilegal, uma vez que a EDP já não é uma empresa pública (ainda que em 2007 o Estado fosse o maior acionista).

O processo 184/12 é uma investigação que leva já oito anos. Começou em 2012 com uma averiguação preventiva sobre a privatização da EDP, mas o inquérito foi redirecionado para os alegados benefícios que a empresa conseguiu durante o Governo de José Sócrates (no regime CMEC e no prolongamento das concessões do domínio hídrico).

mprado@expresso.imprensa.pt

## Baixo Sabor: antigo quadro Odebrecht nega ter feito lóbi

Procuradores suspeitam de reuniões no Ministério da Economia antes de a EDP contratar Odebrecht e Lena para a barragem

Uma das suspeitas do Ministério Público (MP) no processo EDP é de que a contratação do consórcio Bento Pedroso (Odebrecht) / Lena para a construção da barragem de Baixo Sabor contou com a intervenção do antigo ministro Manuel Pinho, depois de uma série de reuniões de represen-

tantes daquelas empresas no Ministério da Economia, no início de 2008. Mas um desses representantes assegurou ao Expresso que as reuniões não serviram para discutir o projeto hidroelétrico.

"Os contactos com o Governo foram feitos exclusivamente para promover um empreendimento turístico no Algarve. Nesse âmbito, tivemos várias reuniões, uma delas em fevereiro de 2008, com uma assessora do ministro [Manuel Pinho], e o objetivo foi apresentar a

Odebrecht e o que se propunha fazer em Portugal", declarou ao Expresso António Pereira, ex-colaborador da Bento Pedroso Construções (construtora portuguesa da Odebrecht).

"Eu à época tinha 27 ou 28 anos e estava 100% focado nesse projeto turístico. Não tinha nenhuma relação com uma obra pública normal. A reunião em nada esteve relacionada com Baixo Sabor", explicou António Pereira, que saiu do grupo Odebrecht em 2016.

Documentos a que o Expresso teve acesso comprovam que a Bento Pedroso tinha no primeiro semestre de 2008 uma série de reuniões planeadas com entidades públicas para promover o empreendimento turístico no Algarve (que estava a tentar candidatar a projeto PIN, mas que nunca saiu do papel). Desse calendário constava, de facto, uma reunião no

Ministério da Economia no início de fevereiro e ainda contactos com a Aicep, Turismo de Portugal, gabinete do primeiro-ministro, entre outros.

Segundo escreveu esta quinta-feira o "Observador", o indício de crime de participação económica em negócio que o MP imputa ao presidente executivo da EDP, António Mexia, e ao administrador João Manso Neto prende-se com um alegado préjuízo que os gestores terão provocado à empresa, aprovando €13 milhões de custos extraordinários na empreitada

**Auditoria EY concluiu pela inexistência de atos ilícitos, mas fez vários reparos sobre empreitada de Baixo Sabor**

de Baixo Sabor, já depois de obra ter ficado pronta. Mas o MP também suspeita de reuniões realizadas em 2008 no Ministério da Economia com representantes da Odebrecht e grupo Lena, por ter sido o único dos consórcios que concorreram ao projeto do Baixo Sabor a ser recebido pelo Governo, segundo a análise que o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) fez à agenda de Manuel Pinho.

Em 2018, o "Público" revelou que a administração da EDP havia encomendado à consultora EY uma auditoria sobre os custos das barragens, depois de um diferendo em torno de Baixo Sabor, cujo consórcio construtor cobrava €20 milhões de trabalhos a mais. A EDP, num direito de resposta publicado em março desse ano, refutava ilegalidades na adjudicação da construção da barragem,

garantindo que o consórcio Odebrecht/Lena tinha tido a proposta mais competitiva. E perante a cobrança adicional do consórcio, a EDP acabou por aceitar pagar €13 milhões, relacionados com atrasos na obra, trabalhos de arqueologia e outros encargos.

Em janeiro de 2019, o Expresso revelou os resultados da auditoria, que concluiu pela inexistência de atos ilícitos ou irregularidades no pagamento das obras. Mas a EY fez reparos sobre 13 situações no projeto de Baixo Sabor, como a imputação de custos ao projeto antes de haver contratos assinados, a aprovação pela EDP de sobrecustos superiores aos recomendados pela empresa que fiscalizava a obra (Consulgal) e o facto de a EDP ter perdoado a cobrança de multas pelos atrasos imputados às construtoras.



**BASF**  
We create chemistry

**THE ADECCO GROUP**  
Há 30 anos a colocar as pessoas certas no lugar certo!

OPINIÃO

**Os artistas não vivem no palco**

JOÃO DUQUE E10

**Onde está o dinheiro?**

RAFAEL CAMPOS PEREIRA E29



O telemóvel é que nos salvará? Olhe que não  
FRANCISCO LOUÇÃ E5

PESSOAS

**Carlos Brito** vai presidir ao recém-criado Observatório do Vinho do Porto E28



**Dicas** Teletrabalho: quando o chefe não sabe gerir à distância E28

Expresso  
Lectura para pensar.

O ACESSO A INFORMAÇÃO CREDÍVEL É CADA VEZ MAIS IMPORTANTE

ASSINE EM EXPRESSO.DIGITAL POR APENAS 6€1MES

LEIA O EXPRESSO ONDE QUISER E EM SEGURANÇA.

**ECONOMIA** IMOBILIÁRIO & EMPREGO  
Expresso 2484  
6 de junho de 2020  
www.expresso.pt

Vítor Caldeira Presidente do Tribunal de Contas

**“Há uma emergência, mas não vale tudo”**

- ➔ Alerta é dirigido a todos os dirigentes públicos ➔ Auditoria deteta riscos de **conflito de interesses e eventual fraude nos ajustes diretos**
- ➔ Tribunal quer isentar de visto prévio **contratos até €750 mil** E10

**15**  
MEDIDAS PARA SEGURAR O EMPREGO E A ECONOMIA  
E24

**Processo EDP pode durar mais ano e meio**

O Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) poderá prolongar o inquérito por um período máximo de um ano e meio, que é quando prescrevem os principais crimes investigados. Esse é o limite para haver uma acusação ou o arquivamento. E6

**As ameaças e as virtudes das apps de rastreio de contactos**

Google e Apple preparam nova solução que dispensa as aplicações que as duas ajudaram os países a criar para combater a covid-19

A aplicação portuguesa Stay-Away já anunciou que vai assentar no sistema das duas tecnológicas. Especialistas reconhecem que esta tecnologia pode apoiar o trabalho das autoridades de saúde, mas apontam desafios para a segurança e a proteção de dados. E16



**PESCADORES TÊM MENOS BARCOS E PESCAM MENOS, MAS GANHAM MAIS**  
E15

FOTO PÉDRO NUNES

**Quem são os investidores na corrida à Efacec?** E8

**CASAS DE LUXO** Mesmo no auge da pandemia continuaram a vender-se casas acima dos €10 milhões a milionários e estrelas de rock E18

**Banco Central Europeu reforça 'bazuca' para €1,35 biliões** E9

**REESTRUTURAÇÃO DA SONANGOL** A petrolífera angolana vai virar-se para as energias renováveis, numa aposta pessoal do Presidente João Lourenço E30



**A filosofia digital do Santander**

Sorria mais, faça mais e viva mais. Seguimos ao seu lado com as soluções digitais Santander.



O que podemos fazer por si hoje?